



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

Dinâmicas de Integração e Participação no Espaço Público

Maria de Fátima
ISCTE, CEA



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

Maria de Fátima¹

Resumo

As populações rurais africanas de uma maneira geral introduzem os mais jovens no espaço público através da prática de diversos e específicos rituais. Actualmente, com a globalização e com as consequentes oportunidades que se têm proporcionado às populações rurais, dentro de um quadro de mudanças políticas e sociais e de democracia, essa integração tem sido paulatinamente mais efectiva e mais abrangente possibilitando formas de participação política e de interacção social.

Nesta óptica, o artigo pretende abordar questões ligadas às formas de integração, participação e aproveitamento das oportunidades por parte das populações rurais oferecidas pelo contexto político actual (preparação das eleições)². A participação no processo de registo eleitoral, nos comícios de comemoração e eleitorais constituem novas dinâmicas que abrem novos horizontes a esta parte da população angolana.

O estudo vai tomar como referência as populações rurais da Humpata na província da Huíla (Angola).

Palavras chave: espaço público, integração e participação

¹ Doutoranda no ISCTE, enquadrada no Projecto “Reconciliation and Social Conflict in the Aftermath of large-scale Violence in Southern Africa: the cases of Angola and Namibia” financiado pela Fundação Volkswagen.

² As eleições em Angola decorreram de 5 a 6 de Setembro de 2008

Introdução

Este Trabalho é uma reflexão acerca das transformações rápidas que têm vindo a decorrer em Angola no período do pós - guerra civil nomeadamente no que diz respeito às formas de integração e participação no espaço público. Tomar a Humpata como referência nesta análise, possibilita encontrar uma estratégia de captação e de incorporação de diferentes fenómenos produzidos por diferentes actores sociais que, na análise micro permitem perceber a conjuntura (macro) dos processos a nível do território angolano.

Pretende-se analisar as características e o comportamento das populações rurais no que se refere a sua participação e integração no espaço público, realçando o seu relacionamento, a forma de comunicar e informar visto que a comunicação “é o elemento que retarda, mantém ou acelera o processo de relacionamento e interacção social” (Graça, 2008:137).

Através das oportunidades oferecidas pelas políticas públicas nos sectores - chave como a Educação, Agricultura e Saúde (a aberturas de escolas no meio rural, de postos de saúde, as campanhas de vacinação para as crianças e mulheres grávidas, bem como as campanhas de vacinação do gado), as populações rurais encontram nestes espaços um novo meio ou mecanismo de compreender as novas dinâmicas conjunturais. A presença de diversos actores nestes espaços como as ONG's, partidos políticos e associações constituem um veículo de influências positivas para o desenvolvimento de novas dinâmicas. Estas dinâmicas são possíveis devido à sensibilização que se tem proporcionado através de redes de apoio e de equipas que se formam e que têm a função de levar as informações aos mais recônditos lugares da comunidade.

Partindo do facto de que as redes de apoio que sensibilizam as populações a aderir a estas oportunidades levam-nas a enveredarem, de forma indirecta, na integração e participação política, pretendemos analisar e relacionar a forma pela qual o suporte tradicional rural configura particularmente as condições de uma integração e de uma participação efectiva e exitosa.

O Espaço Público

O espaço é uma construção social, que resulta da apreensão sensorial da realidade, das representações mentais dos indivíduos acerca da sociedade e do mundo, e é um local de interação social, produzido pelos indivíduos e que influencia e condiciona a acção dos mesmos. Neste contexto a apropriação do espaço está interligada à forma como o homem interioriza a imagem desse espaço, como actua e lida com ele e que se exprime fundamentalmente, nas relações que os indivíduos estabelecem com o seu habitat (Guerra, 1998). A apropriação deste espaço está, desta forma, interligada com a avaliação que os mesmos indivíduos fazem dele e da sua dependência identitária.

O espaço público é um conceito que tem evoluído na sua significação. Do ponto de vista histórico, ele surge como espaço reservado e selectivo, próprio das elites sociais do séc. XVIII. Porém, a expressão Espaço Público passou a traduzir uma noção de espaço participado, que se afigura como um espaço de bem-estar, de cultura urbana, de participação e de qualidade de governação, nos finais do séc. XX. Saliente-se que até ao século XVIII, o “espaço público” referia-se a um lugar honorífico que celebrava o poder dos reis ou da aristocracia e evocava a sua soberania. As revoluções políticas dos séculos XVIII e XIX transformaram estes lugares circunscritos da cidade na esfera pública democrática. O sentido do espaço público ampliou-se ao ponto de incluir lugares de encontro social e de debate de ideias, de argumentação racional e de crítica do antigo regime.

Deste modo, o espaço público passou a constituir aquilo que habitualmente é referido como esfera pública burguesa. Contudo, é no decurso do século XIX que se verifica a divisão da esfera pública com o florescer da indústria coadjuvado pelo protesto operário e de desempregados na cidade, ao mesmo tempo que se multiplicavam os distúrbios de rua. Recentemente, o espaço público, entendido no seu sentido mais lato enquanto espaço de visibilidade pública, encontra-se sujeito a tensões fragmentárias. Entre os factores sociais que mais têm contribuído para esta tendência destacam-se o actual sistema de consumo e, em particular, os modernos dispositivos tecnológicos de mediação.

Habermas (1986) considera que o espaço público designa o lugar de formação das opiniões e das vontades políticas, que garante a legitimidade do poder. É o lugar do debate e do uso público da razão argumentativa, onde são discutidas as questões práticas e políticas. Esta acepção remete para o modelo normativo da esfera pública liberal burguesa. Seguindo esta

visão, na concepção de Habermas o espaço público é, assim, um espaço de discussão ao mesmo tempo que se configura um conceito normativo utilizando como domínios a democracia, a análise político-administrativa e a teoria do Estado Social e os meios de Comunicação Social.

Assim, no diz respeito à democracia considera-se que o espaço público é o quadro no qual se discutem as questões prático-morais e políticas, e no qual se formam a opinião e a vontade colectivas. No que se refere à análise político-administrativa e a teoria do Estado social considera-se o espaço público como uma instância mediadora entre a sociedade civil e o Estado, e ainda entre os cidadãos e o poder político-administrativo.

Esfera Pública

Na definição contemporânea de Habermas (1997) a esfera pública, como lugar de discussão, está associada tanto às interações simples que ocorrem nas arenas conversacionais da vida quotidiana quanto aos fóruns mais ou menos organizados da sociedade civil. Segundo este autor, “A esfera pública é constituída principalmente por uma estrutura comunicacional do agir que se configura orientada pelo entendimento e que tem a ver com o espaço social gerando no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação quotidiana” (op. cit, 1997: 92).

A esfera pública, cumpre o importante papel de permitir que todos os cidadãos possam ter os seus pontos de vista expressos, e que as decisões políticas de uma sociedade sejam decididas de forma pública e colectiva, explicitando todo o processo pelo qual certas decisões foram tomadas e quais os motivos que levaram ao abandono de certas propostas, etc.

Habermas analisa o conceito de Esfera pública a partir da constatação histórica da existência de um espaço entre a Sociedade Civil e o Estado. Esse terceiro espaço envolve um princípio de inclusão que representa ora a tematização de novas questões, ora a inadequação moral de certa forma de exclusão. Trata-se, pois, de uma esfera autónoma de deliberação política constituída por sujeitos igualmente autónomos e aptos para a argumentação racional. A esfera pública funciona como um espaço de ampliação do domínio público. Há, assim, um alargamento do leque de questões anteriormente não susceptíveis à discussão por serem monopolizadas por instâncias de poder. Assim, a esfera pública diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difusas no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social.

Perspectiva Crítica à Teoria Habermasiana

Das várias críticas que se configuram ao trabalho de Habermas sobre o espaço público, destacam-se alguns entre os quais, um importante trabalho de Nancy Fraser. Esta autora identifica um enorme problema no facto de Habermas ter iniciado as suas investigações a partir de um modelo liberal-burguês de esfera pública e, sobretudo, pelo fato de ele ter desconsiderado, em absoluto, a importância de outras esferas não-burguesas e não-liberais.

Fraser, afirma que a estreita análise impediu que Habermas vislumbrasse que a publicidade e acessibilidade existentes nos espaços por ele estudados eram, em grande medida, fruto de uma retórica vazia, já que a facticidade das práticas sociais era marcada por exasperada desigualdade. Além disso, a autora considera que aquilo a que Habermas chamou de público nunca o foi na verdade uma vez que já nestas sociedades havia diversos públicos que sempre estiveram em conflito constante com o público liberal-burguês, desde antes mesmo dos finais do século XVII e XVIII. Neste mesmo sentido as críticas de Lefebvre (1991) também se evidenciam. Lefebvre (1991) afirma que Habermas ignorou que o verdadeiro surgimento do debate político se deu nas cidades-Estado italianas dos séculos XIV e XV.

A crítica de Fraser, inclui também a precisão habermasiana na separação entre público e privado. A autora argumenta que Habermas desconsidera as diferenças intrínsecas às categorias “público” e “privado” uma vez que as categoriza como sendo apenas esferas societárias, desconsiderando assim a representação de algo muito mais amplo como uma classificação cultural englobante ao mesmo tempo que lhes é pressuposta; o que gera uma artificial separação entre Estado e Sociedade Civil. Tanto Fraser como Lefebvre, seguem criticamente o mesmo caminho, pois, para este a distinção entre o público e o privado se faz de modos diferentes segundo cada cultura, o que acarretaria a existência de diferentes espaços sociais entre culturas diferentes ou mesmo dentro da mesma cultura.

Esta atitude crítica reporta-se a discussão da equidade para a participação e a igualdade social necessárias à esfera pública. Fraser reporta a existência de impedimentos informais que podem persistir mesmo após as pessoas terem recebido formal e legalmente o direito de participação. Segundo ela, a pesquisa feminista tem documentado uma síndrome de que, em espaços de discussão mistos, há uma tendência de que os homens interrompam as mulheres mais do que estas os interrompem; que os homens falem mais, por mais tempo, e com maior frequência que as mulheres; e que as intervenções das mulheres sejam, com mais frequência,

ignoradas ou não respondidas, razão pela qual os membros de grupos sociais subordinados, tais como o das mulheres, dos negros e dos homossexuais têm encontrado vantagens em constituir públicos alternativos, que a autora designa como contra-públicos subalternos, contrapostos ao espaço público único (Fraser, 1992: 119).

Para Fraser, os ‘públicos’ seriam cenários paralelos nos quais os membros destes grupos sociais subordinados criam e circulam contra-discursos para formular interpretações condizentes com suas identidades, interesses e necessidades. A autora considera que nestes espaços próprios, seria possível reduzir, sem ter que eliminar, as desvantagens enfrentadas em esferas públicas “oficiais” considerando para tal o facto de que a participação desigual dos diversos actores na esfera pública mostra que nas diversas vezes que um grupo de desiguais discute alguma questão e algo transparece como de interesse geral, via de regra, este é o dos dominantes. Segundo Habermas (1992), a exclusão de estratos populares, cultural e politicamente organizados provoca também a criação de uma multiplicidade de esferas públicas nos mais diversos processos em que as esferas oficiais emergem. Assim, a formação de esferas públicas populares decorre de sua exclusão da esfera pública hegemónica. E, das diferentes maneiras que a exclusão se opera, surgem, conseqüentemente, as condições de formação dos públicos representativos dos excluídos. Neste entender, no elenco de características da categoria de espaço público, está a necessidade de percebê-lo marcado pelo signo da pluralidade. Ou seja, não se deve restringir a sua percepção a um domínio único que englobe todas as arenas possíveis de formação discursiva da opinião. Fraser (1992, 110-111) mostra mesmo que, “(...) a esfera pública é indispensável para a teoria social crítica e para a prática democrática”.

Integração no Espaço Público

Um dos factores importantes para integração no espaço público é a aquisição de competências, o conhecimento das regras que permitem a integração individual e intervenção nesse espaço. Segundo Rodrigues (1990: 57), nas sociedades tradicionais, o sistema dos valores comuns que regem os comportamentos e os projectos são concretamente definidos e marcam indistamente a totalidade indivisa da experiência, servindo assim de ponto de referência aos discursos e as acções. Este autor salienta que os valores como os da vida e da solidariedade são directa e imediatamente investidos em normas concretas que asseguram, através de inúmeros gestos quotidianos, a conformidade dos discursos, das acções e das omissões.

Normalmente, nas sociedades tradicionais rurais africanas em geral e em particular entre os *muíla*, o indivíduo como ser social adquire a sua maturidade com a idade e sobretudo com a passagem por diversos e específicos rituais. Assim, os indivíduos, dotados de conhecimentos, capacidades e habilidades adquiridas do ponto de vista prático nesses rituais, conseguem reter os conhecimentos na sua memória a partir do que ouvem e do que observam acumulando os domínios e ajustando-os aos seus objectivos. É, nesta óptica, importante referir o papel da palavra, da observação e da experimentação nas culturas tradicionais africanas (Bourdieu, 1980). É através da sua inserção por estes meios ritualísticos que o indivíduo é aceite pela comunidade e se considera capaz de integrar-se como adulto participando em inúmeros eventos adequados ao seu estatuto. Os ritos de passagem facilitam a mudança para o novo status (Trice e Beyer, 1984). Nos ritos de integração procura-se o comprometimento de todos através do encorajamento de sentimentos comuns, através de festas, bailes, jogos, gincanas desportivas, jantares, almoços. Os ritos de intercâmbio social representam através de regras de comunicação ou de regras de tratamento formais, que determinam quem inicia e quem termina um determinado evento, reunião, conversa.

Deste modo, a integração é conseguida também através da realização de rituais que permitem uma incorporação criando um fortalecimento e entrosamento entre os membros de uma comunidade, grupo, família, intensificando as redes de relacionamento (Mahado, 2003). Através destas redes é possível descobrir os problemas e a necessidade de sua resolução. Ao mesmo tempo é, através da informação obtida pela comunicação que as populações colaboram tomando parte no assumir e participar, aceitar propostas e conseqüentemente lideranças. É nos espaços de realização de rituais, onde também é possível manifestar as suas opiniões sobre as dinâmicas observadas e de acordo elas que analisam e ponderam, os pontos fracos dos recursos e capacidades para melhorar a sua situação, constituindo, por vezes, modelos fundamentais de um processo de procura de eficiência a partir da correcção de debilidades (Pinho, 2003), redifindo ou não o que se quer fazer, podendo-se estabelecer assim uma base sólida para identificar com os outros estas e novas oportunidades. Colaborar com os outros, solicitar ou prestar auxílio quando necessário, garante maior segurança indicativa do nível de integração (Rodrigues, 2001).

Nesta óptica, a participação política, embora pouco valorizada, por estas populações nomeadamente nas camadas menos informadas e mais fragilizadas ou inadaptadas, não provoca contudo um confronto de ideias nem fomenta a degradação das relações sociais, pois

que o clima normalmente é marcado pela familiaridade e por estratégias de participação que não preconizam afectar as relações antigas de solidariedade. Por outro lado é visível uma participação activa por parte dos aderentes sem o desprezo pelas oportunidades pois que é neste contexto uma participação que pode influenciar inconscientemente os processos de decisão, constituindo ou não uma barreira ao processo de mudança.

Todo este processo de socialização leva a que a inserção noutra *modos vivendi*, seja reforçada e moldada com novas condutas, com novos comportamentos que correspondam a novas expectativas trazidas pelos novos contextos como as políticas públicas e pela globalização, como é o caso da interiorização de novos elementos inerentes a outras culturas, valores e aspirações como as do meio urbano

Além disso, essa integração e intervenção são condicionadas também pela familiaridade com essas oportunidades através de um contacto regular e efectivo e que permite, por sua vez, a partir desse contexto às populações rurais ter as mesmas condições de abrangência, ou seja, a não exclusão, pois que esta constitui uma ameaça ao sistema democrático. É nestes espaços de encontros sociais que os cidadãos vão adquirindo os domínios das regras dos diversos “jogos” que se definem como oportunidades trazidas pelas políticas públicas, como saber e conhecer a existência dos mecanismos de participação na política e na democracia, podendo assim dispor de conhecimentos e de informação partilhada nesses contextos.

Estas oportunidades atraem as populações rurais para o campo político e público movidos pela necessidade de aprender e de contribuir na tomada de decisões sobre matérias directamente relacionadas com a sua vida quotidiana. A participação activa em qualquer actividade política ou pública exige das populações rurais a disponibilidade de recursos cívicos e desta forma quanto mais activamente participarem mais fortemente e melhor podem atingir os resultados.

O conjunto de instituições públicas que garantem estes serviços como novas oportunidades às populações rurais permitem destacar a facilidade de informação, comunicação e acesso entre as aldeias de forma organizada, dado que as populações são carenciadas dos diversos serviços. Com estas oportunidades surgem outras se considerarmos que também se observa que existem ou persistem vivências diversas e coexistem grupos e realidades sociais diferentes. Deste modo é possível referir que com a integração e o intercâmbio se reforçam as especificidades e

interesses em salvaguardar as acções comuns como formas vivenciadas de complementaridade na superação das dificuldades. Neste contexto vão-se vencendo as desconfianças e a timidez em relação a certos comportamentos e tabus (fugir as vacinas orientadas ou direccionadas às crianças e às grávidas), contornando os desníveis sociais no seio das famílias e das comunidades/sociedades. Estas populações que constituem comunidades vivas são capazes de incorporar novas dimensões e comportamentos sociais e políticos através da diversidade e possibilidade de adaptação e mutação no seu seio.

Formas de Participação e Capital Social

Neste tipo de actividade as populações rurais participam individual ou colectivamente, agem com vista a informar-se de forma directa ou indirecta. A grande diferença na participação destas actividades é a não exigência de nenhuma filiação partidária ou associativa. Aqui o interesse de cada um é movido pela motivação da necessidade individual confrontada com a do colectivo. Vacinar o gado, as crianças, as mulheres grávidas, alfabetizar, ou seja, o interesse individual é indissolúvel do interesse de terceiros, do colectivo, em que são calculados os factores (des) vantagem, já que os ganhos/benefícios da sua participação podem ser avistados como maiores. Por outro lado, são adquiridas e desenvolvidas atitudes cívicas que os permitem participar e integrar-se nos espaços públicos urbanos, novas configurações de socialização a que são submetidos e em que se envolvem o que permite desenvolver um conjunto de atitudes de influências positivas ou negativas, como a inserção em ambientes caracterizados por outras culturas, nomeadamente a cultura urbana ou moderna.

A necessidade de comunicação com o governo e outras instituições promove a aquisição de novos inputs que facilitam o desencadear de novas vivências, novos recursos cívicos que englobam conhecimento/habilidade, gestão do tempo e energias para agir e sobretudo fortalecem-se os mecanismos de inserção em processos de mobilização e participação com o objectivo de obter vantagens. Nestas formas de participação destacamos a importância do capital social referente as ligações entre indivíduos em redes sociais e normas de reciprocidade e fidelidade, atendendo que ao agir de forma solidária pode conseguir-se vincular obrigações mútuas e responsabilidades para diversas acções. A inserção em actividades de organizações e associações trazem outras vantagens que transmitem às populações novos comportamentos de acção de modo a satisfazer mais e melhor os seus desempenhos.

A aderência a estes locais de aproveitamento de novas oportunidades trazidas pela globalização e pela aplicação das políticas públicas de forma específica nesta região e para estas populações pode ser considerada benéfica no processo de desenvolvimento das populações e não só, uma vez que permite alargar os seus horizontes com novos pontos de vista e que não podem ser ignorados mesmo por elas próprias. Noutra óptica é importante sublinhar que não pode haver desenvolvimento sem o desenvolvimento das próprias populações ao nível individual que só é possível ser alcançado através da participação dos mesmos cidadãos e sua inserção no espaço público, o que também não pode ser ignorado.

Verificámos que estas oportunidades podem suscitar, por sua vez, oportunidades interessantes para a dinamização da esfera pública, já que nestas condições se apresentam também e sobretudo como um espelho do que se pode alcançar. O efeito do espelho desempenha um papel essencial tanto na construção da identidade como na revelação da transcendência (Fernandes, 1999). Assim consideramos que ao criarem-se novos espaços que surgem como espaços de informação, de comunicação, de observação, criam-se também espaços de captação do que se passa na actualidade e do papel que organizações, associações, governo e partidos políticos desempenham e podem vir a desempenhar.

Estas políticas criadas para acudir as demandas da população no meio rural constituem mais uma forma de aproximar os cidadãos rurais das causas públicas, em que, em vez de se apresentarem como meros espectadores podem apresentar-se como participantes activos. Assim através destas oportunidades, as populações rurais passam não só a conhecer novos espaços públicos e a adoptar os procedimentos que os permitem alcançar novas expectativas como também um conjunto diverso de novas abordagens.

Nesta óptica consideramos que, para fortalecer a democracia, estas oportunidades são necessárias não apenas como estruturas de resolução de um problema concreto e eficiente, mas como estruturas e/ou instituições propícias à participação, em que também se presenciam a motivação, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajarem nos diálogos, no estabelecimento de contactos e comunicações com os outros através de uma interacção imbricada. Com estas oportunidades são aplicadas e accionadas formas e procedimentos que, independentemente, podem favorecer a democracia, se pensadas de maneira associada com os elementos sócio-históricos próprios dos actores sociais e com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos.

Entre os elementos que sustentam a democracia encontramos algumas implicações directas nos contextos em que se desenvolve, contextos esses formados pela sedimentação dos modelos linhageiros/tradicionais em que se configuram as brechas das oportunidades que se vêm desenhando em função prioritariamente das lógicas dos sistemas urbanos/modernos.

A apropriação e o uso particular destes procedimentos embora não obedecendo a uma regulamentação por elas conhecida, tem tido publicamente um proveito nas comunidades rurais permitindo-nos observar e demonstrar a penetração do sistema político e democrático no meio rural com a participação nas actividades públicas através das redes de interacção, colaboração e trabalho formadas pelas equipas de apoio aos programas quer promovidos pelo Estado/Governo quer promovidos pelas organizações não governamentais nacionais e internacionais. Deste modo é possível penetrar nas esferas públicas como forma de encontrar recursos informativos, educativos, formativos e de prevenção em prol de uma maior integração no sistema.

As possíveis e diversificadas ligações geram redes ou teias que além de densas são também variadas originando deste modo um padrão que podemos considerar que seja fortemente influenciado pela proximidade ou vizinhança com outros actores sociais dotados de uma vitalidade produtora de configurações criadoras de núcleos crescentes, incipientemente (in) fluentes no estabelecimento de contactos e sensibilização. A predominância dessas relações tem tendência a constituir (re) aglomerações combinadas com as mudanças específicas num determinado espaço sócio-geográfico com situações revertidas e configuradas de ampliações das participações e integrações. As oportunidades geradas pelas políticas públicas constituem, deste modo, um incentivo na expansão, compreensão, melhoria do diagnóstico das formas de participação do espaço público e da nova realidade, dado que são conjugadas e absorvidas certas obrigatoriedades e facilidades.

Verifica-se, neste contexto, uma articulação entre o aproveitamento, a participação e a integração como impactos locais a nível do colectivo e individual no domínio do espaço público. Estas articulações viabilizadas pelas transformações emergentes e paulatinas podem possibilitar incorporações intensas em termos de participação e integração política através de incentivos da aplicação das políticas públicas. Assim é também notável que é possível atenuar ou reverter algumas situações de pobreza ou de carência através da expansão da participação e integração no espaço público como alternativa.

Noutra óptica podemos evidenciar que a implementação das políticas públicas constitui um forte potencial no estímulo para o avanço consciente da adopção de decisões individuais de participação e integração nas actividades políticas como sejam os comícios comemorativos, os comícios eleitorais e as próprias eleições. Aos poucos penetra-se numa conquista ainda não alcançada, pois que o alcance do equilíbrio social e político é o fundamental.

A socialização exercida através destas formas reveste-se de uma importância crucial desde que esta ofereça realmente o que poderá abrir-lhes boas perspectivas de futuro independentemente da sua condição social ou pertença étnica. Contudo uns podem integrar-se outros não, sem todavia serem excluídos. As possibilidades que se abrem pelas políticas públicas possibilitam a integração social mais que a emergência de uma forma de exclusão social, ou resistência social. As desigualdades sociais em que se encontram as populações rurais face ao meio urbano e que atingem as várias dimensões da vida ao nível pessoal e familiar, comunitário e ou social são influenciados de certa forma pela capacidade de criar e fazer de cada um. Nesta perspectiva tem-se revelado e apresentado uma certa distância entre as formas de participação e aproveitamento de novas oportunidades com o intuito de ultrapassar os seus relativos impasses. As novas oportunidades geram um vasto leque de conhecimentos que permitem tecer estratégias no sentido de manter e elevar os seus potenciais recursos em detrimento de um isolamento em relação ao meio urbano.

Considerando que praticamente, nas sociedades rurais cada um para sobreviver tem necessidade de acção colectiva, pressupõe-se que a partilha através da conversação e a repartição da informação constituem recursos e instrumentos indispensáveis neste processo. Apesar disso, estes recursos são assim socialmente construídos embora de forma lenta e embrionária tendem a multiplicar-se e a atingir níveis elevados nestas sociedades, vencendo as barreiras, as dificuldades e as possibilidades. É nestes espaços e neste contexto que se pode tomar consciência por parte das populações rurais de temas relativos a novos aspectos que mobilizam diferentes simbologias e entendimentos sobre a vida que se podem apresentar com maior intensidade, visto que o público é mais plural e apresenta vínculo maior (Riccio, 2001), com os aspectos sociais. Este parece-nos ser um espaço dependendo do contexto, ideal para a uma auto - análise das multiplicidades de percepções da sua posição em relação a cristalização de concepções, embora como refere Riccio (2001) “ o fenómeno das relações sociais comporta elementos simbólicos que não são negativos nem positivos, mas convivem no interior da sociedade num processo dinâmico e criativo, participando com grande interface

com as experiências individuais e quotidianas construídas num mundo de complexidades e incertezas”.

Conclusão

Mesmo tentando agir em conformidade com a implantação do sistema democrático e com o cumprimento da expansão das políticas públicas ao mesmo ritmo, ainda que lento mas progressivo, as populações rurais em estudo estão longe de poder alcançar posições e vantagens orientadas para diminuir as carências e usufruir de empregos, salários, benefícios da segurança social e outros parâmetros da vida em sociedade, nomeadamente no que se refere às camadas feminina e juvenil. Contudo, a evidência é da aquisição de um incipiente capital intelectual moderno embora sem altas ou nenhuma habilitações mas com capacidade e meios reforçados para dar resposta às suas necessidades. Em condições de precariedade social podem nesta óptica enfrentar os grandes desafios trazidos pela actual civilização ocidental através da globalização.

Constatámos neste estudo, que a vantagem social das políticas públicas é sobretudo o factor de integração mais consistente na sociedade e de maneira particular no espaço público. É neste contexto com o desenvolvimento das políticas públicas que se podem verificar na própria esfera pessoal uma maior aproximação entre as populações, o que permite vislumbrar também uma possibilidade no empenho para eliminação das discriminações sociais que consiste no facto de as acções viabilizarem a conquista e a retenção das condições de sobrevivência e desenvolvimento (Gama e Varela, 2008). Assim, os riscos sociais podem diminuir com a plena integração social.

Simultaneamente assistimos a uma recomposição e reconfiguração dos mecanismos de participação no confronto com estas mudanças. Por outro lado é preciso considerar que cada um constrói e recompõe as suas formas de ser, de estar e comunicar com os outros o que condiciona, por sua vez, a manifestação de uma familiaridade paulatina adquirida tendo em conta a presença de tensões, interpretações e a pluralidade de culturas e os constantes fluxos de recomposição das estruturas sociais. Ora, estas poucas mudanças sociais encontram-se longe de se traduzirem em crescentes ampliações das tendências que impactam as transformações sociais com a promoção de um conjunto de alterações sociais significativas, ao nível económico, cultural e político. Ao mesmo tempo que nestas sociedades se verificam estes tímidos passos tendenciais de mudanças e transformações é possível observar e situar

ainda, em dois contextos diferentes, a situação dual-real da localidade em estudo; a era da pedra e a era da globalização que forçosamente teimam em coexistir em pleno século XXI.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre (1980). Le Sens Pratique, Paris, Les Éditions de Minuit

Fernandes, António Teixeira (1999). Para uma Sociologia da Cultura. Porto. Campo das Letras

FRASER, Nancy (2003). “Social Justice in the Age of Identity Politics: redistribution, recognition and participation”. FRASER e HONNETH. Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange. London. Verso.

_____ (1997), Iustitia Interrupta: Reflexiones Críticas desde la Posición “postsocialista”. Santafé de Bogotá. Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes

_____ . “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the critique of actually existing democracy”. CALHOUN, C. (org.). Habermas and The Public Sphere. Cambridge MIT Press

_____. “Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista”. SOUZA, Jessé (org.). Democracia Hoje: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea. Brasília: Editora da Unb, 2001. p. 245-282

Graça, Pedro Borges (2008), “ O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona”. Revista de Ciências Sociais e Políticas. Nº 2 (Jan.-Fev.-Mar.-Abr. 2008). ISCSP-UTL

Gama, António Pimenta e Varela, Miguel d’Abreu (2008), “ Avaliação e Consequências da Performance de Marketing dum Contexto de Serviços”. Revista de Ciências Sociais e Políticas. Nº 2 (Jan.-Fev.-Mar.-Abr. 2008). ISCSP-UTL

Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de Habitat e Estrutura do Modo de Vida”, Sociedade e Território, nº 25/26 pp.11-128, Porto: Edições Afrontamento

HABERMAS, Jürgen (2004). A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política. São Paulo: Edições Loyola

_____ . (2003), Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a. v. I.

_____ (2003) Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro v. II.

_____ (1992), “Further Reflections on the Public Sphere”. Habermas and Public Sphere. Cambridge: MIT Press

Machado, Denise Del Prá Netto (2003), “O impacto da qualidade total sobre a cultura do Hunning têxtil S. A.”, Em Suma: Uma Integração Cultural. A Pedra de Ouro (Alenquer): Uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço. Primavera

Pinho, Luís Manuel Fé de (2003), "Estratégia de Integração Empresarial para o Cooperativismo Vitivinícola". Pensamento Corporativo. A Educação e as Formas de Cooperação Participativa. Revista de Estratégias Cooperativas. Nº 4, ano 4, Julho 2003, pp. 201-233

Riccio, Vicente (2001), "A Lei em Tela e a Tela da Lei: O Direito e os Reality Shows". DADOS. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 4, 2001, pp. 773-805

Rodrigues, Adriano Vasco (1990), Estratégias da Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa. Editorial Presença

Rodrigues, Adriano Vasco (2001), "Economia Social. Aprender a Cooperar". Revista de Estratégias Cooperativas. Nº 2, ano 2, Outubro 2001, pp 45-58

Trice, H.M., Beyer, J. M. (1984), "Studying Organizational Cultures Through Rites and Ceremonials". Academic of Management Review. Vol.9, nº4. Pp.653-669